



SARANDI

Governo Municipal

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0004/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

OBJETO

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR.

RESUMO

Critério de julgamento

Menor preço..

Registro de preços

Sim.

Licitação diferenciada para MPE

Cota reservada para MPE..

Total estimado

R\$ 3.316.478,13.

SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 19/02/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Maria Luiza Souza Carvalho Mattos Portaria nº 1598/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

licitacao@sarandi.pr.gov.br

(44) 3264-8600

SUMÁRIO

1	DO OBJETO	3
2	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
	Da licitação diferenciada para MPE	4
4	DO ORÇAMENTO ESTIMADO	6
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7	DA ABERTURA DA SESSÃO.....	9
8	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
9	DA NEGOCIAÇÃO	12
10	DA PROPOSTA DE PREÇO (PESQUISAR EXEMPLAR PARA DESCONTO)	13
11	DA FASE DE JULGAMENTO	13
12	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
13	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
14	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	19
15	DOS RECURSOS	20
16	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
17	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
18	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	24
19	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	25



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é *Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela(s) de Ampla Participação e Cota Reservada à Participação de ME/EPP constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor





do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE

3.5 Os bens/produtos dos itens 126 à 136, conforme disposto no Termo de Referência, compõem a Cota Reservada para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso III do art. 48 da [Lei Complementar nº 123/06](#). Os demais bens/produtos destinam-se à ampla participação e integram a Cota Principal.

3.5.1 Na hipótese de não haver vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da Cota Principal.

3.5.2 Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.5.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das Cotas Reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a Cota Reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

3.6 A obtenção do benefício para MPE fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da [Lei nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/06](#) e do [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



3.8 Não poderão disputar esta licitação:





- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o inciso IV do item 3.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 12.1.1 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do item;
- II. marca;
- III. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo de real)**.



8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



II. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

III. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.26 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. empresas brasileiras;

III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9 DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



10 DA PROPOSTA DE PREÇO (PESQUISAR EXEMPLAR PARA DESCONTO)

10.1 A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo IV, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo IV), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela de Ampla Participação e/ou Cota Reservada à Participação de ME/EPP constante do Termo de Referência;
- II. Marca para cada item cotado, **com exceção** dos itens: 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 24, 40, 79, 80 e 75.
- III. quantidade e unidade de medida;
- IV. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- V. validade da proposta, conforme exigido no item 6.7 deste edital.

10.2 É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido acima (item 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;





- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;





- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados



nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.6 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.8 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.9 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.13 A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.

12.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



12.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.13.1.

12.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.21 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.



13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.





14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:





- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do item 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do item 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do item 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do item 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do item 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: PREGOEIRO4@SARANDI.PR.GOV.BR.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.





18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Matriz de Risco;
- ✓ Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- ✓ Anexo IV – Proposta de Preço (modelo);

Sarandi, 30 de janeiro de 2026.

NEWTON CESAR MARTINS

Secretário de Administração
Portaria nº 59/2025





SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

OBJETO

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR.

SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	3
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	11
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	11
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	11
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	12
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	14
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO	16
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	19
9	ASPECTOS CONTRATUAIS.....	23
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	31
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	31
12	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	36



1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

1.1 *Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

Ampla Participação:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	53301	Enxadas	56	UNIDADE	R\$ 51,71	R\$ 2.895,76
2	34935	Abraçadeira: 1/2" x 3/4" (13 a 19mm). Em Aço Carbono com acabamento Zincado.	315	UNIDADE	R\$ 2,15	R\$ 677,25
3	34936	Abraçadeira: 3/8" x 1/2" (10 a 13mm). Em Aço Carbono com acabamento Zincado.	317	UNIDADE	R\$ 1,95	R\$ 618,15
4	39016	Alicate de Corte; tipo de corte: diagonal; material: aço cromo vanádio; 6"; cabo: isolado 1000 volts	76	UNIDADE	R\$ 48,88	R\$ 3.714,88
5	78252	Alicate de Inserção.	73	UNIDADE	R\$ 56,90	R\$ 4.153,70
6	53311	Alicate Universal	59	UNIDADE	R\$ 41,11	R\$ 2.425,49
7	45342	Arame Recozido 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M).	362	KG	R\$ 17,87	R\$ 6.468,94
8	45343	Areia Média - Lavada.	1290	M³	R\$ 152,25	R\$ 196.402,50
9	78253	Broxa para Pintura.	264	UNIDADE	R\$ 10,52	R\$ 2.777,28
10	34921	Bucha 08 mm	7570	UNIDADE	R\$ 0,10	R\$ 757,00
11	54399	Bucha 12	7560	UNIDADE	R\$ 0,32	R\$ 2.419,20
12	3694	Bucha de fixação de 10mm - pacote com 100	2271	PACOTES	R\$ 31,00	R\$ 70.401,00
13	78210	Cabo de Madeira para Enxada e Enxadao.	164	UNIDADE	R\$ 16,00	R\$ 2.624,00
14	78211	Cabo de Madeira para Vanga, Foice e Pá.	142	UNIDADE	R\$ 16,81	R\$ 2.387,02
15	78212	Cabo de Madeira Redondo para Cavadeira Articulada.	142	UNIDADE	R\$ 19,13	R\$ 2.716,46
16	55496	Cabo para Picareta em Madeira - Comprimento 90cm.	143	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 2.901,47
17	21235	Cal para Pintura Saco com 08kg	642	SACOS	R\$ 19,16	R\$ 12.300,72
18	45348	Cal Virgem Comum para Argamassas (NBR 6453). Saco Com 20kg.	1412	UNIDADE	R\$ 18,22	R\$ 25.726,64
19	78213	Cimento Portland Composto CP II-32,	2093	UNIDADE	R\$ 38,82	R\$ 81.250,26



		saco com 50KG.				
20	74034	Colher de pedreiro nº08 material, demais especificações conforme memorial descritivo.	96	UNIDADE	R\$ 23,12	R\$ 2.219,52
21	69624	Cumeeira Para Telha PC 6 MM.	1123	METRO	R\$ 66,79	R\$ 75.005,17
22	74032	Cunha niveladora de piso 2 mm pacote com 100 unidades.	1117	UNIDADE	R\$ 23,39	R\$ 26.126,63
23	74033	Câmara de ar. Demais especificações conforme memorial descritivo.	133	UNIDADE	R\$ 25,24	R\$ 3.356,92
24	43689	Eletrodo Para Solda	538	KG	R\$ 29,90	R\$ 16.086,20
25	78214	Enxada Larga 2.5.	60	UNIDADE	R\$ 54,58	R\$ 3.274,80
26	78215	Escada Extensiva 9 degraus	39	UNIDADE	R\$ 646,78	R\$ 25.224,42
27	74031	Espaçador Nivelador para piso 2mm, pacote com 100 unidades.	416	UNIDADE	R\$ 14,40	R\$ 5.990,40
28	43690	Espátula para Pintura de Aço	110	Unidade	R\$ 13,49	R\$ 1.483,90
29	78259	Forro PVC.	1570	M²	R\$ 25,70	R\$ 40.349,00
30	39350	Jogo de Broca para Concreto e Pedra Videa com 05 peças.	52	UNIDADE	R\$ 33,39	R\$ 1.736,28
31	47526	Jogo de brocas para alvenaria, medidas de 3 à 10mm, em videa (metal duro) com no mínimo 06 peças.	54	KIT	R\$ 51,06	R\$ 2.757,24
32	78216	Jogo de Chaves Phillips.	45	JOGO	R\$ 38,03	R\$ 1.711,35
33	78217	Jogo de Chaves Allen.	44	JOGO	R\$ 43,45	R\$ 1.911,80
34	78218	Jogo de Chaves Torx.	41	JOGO	R\$ 48,11	R\$ 1.972,51
35	74035	Kit 3 dobradiças e 18 parafusos. Conforme memorial descritivo.	295	UNIDADE	R\$ 17,13	R\$ 5.053,35
36	45347	Lajota - Bloco Cerâmico Vazado Para Alvenaria De Vedação, 6 FUIROS, de 9 X 14 X 19 CM (L X A X C).	41500	UNIDADE	R\$ 0,72	R\$ 29.880,00
37	22292	Lixa de ferro nº 150	603	UNIDADE	R\$ 4,52	R\$ 2.725,56
38	21279	Lápis para carpinteiro	174	UNIDADE	R\$ 2,66	R\$ 462,84
39	39353	Lâmina Serrinha para Serra Manual 12 Bimetal 18 Dentes.	496	UNIDADE	R\$ 12,09	R\$ 5.996,64
40	53521	Madeirite 2,20X1,10 (9MM)	1590	FOLHA	R\$ 67,99	R\$ 108.104,10
41	78219	Mangueira para Jardim.	164	UNIDADE	R\$ 131,82	R\$ 21.618,48
42	39356	Marreta oitavada de 1kg com cabo de madeira.	31	UNIDADE	R\$ 35,51	R\$ 1.100,81
43	43688	Martelo de unha com no mínimo 25mm e cabo de madeira	84	UNIDADE	R\$ 41,94	R\$ 3.522,96
44	78220	Medidor de Distância com Roda	20	UNIDADE	R\$ 213,69	R\$ 4.273,80
45	44411	Parafuso com bucha nº10 - 6x60mm	8220	UNIDADE	R\$ 0,77	R\$ 6.329,40
46	44409	Parafuso com bucha nº6 - 4,5x40mm	9140	UNIDADE	R\$ 0,44	R\$ 4.021,60



47	44410	Parafuso com bucha nº 8 - 5,0x60mm	8370	UNIDADE	R\$ 0,50	R\$ 4.185,00
48	78260	Parafuso Telha 5/16 X 0,50 Completo com arruela e vedação galvanizado a fogo.	3300	UNIDADE	R\$ 1,13	R\$ 3.729,00
49	45352	Pedra Britada Nº 0, ou Pedrisco (4,8 A 9,5 MM).	904	M³	R\$ 174,62	R\$ 157.856,48
50	44232	Perfil não metálico, perfil, material PVC tipo F, cor branco, aplicação em forro, peça com 6m.	2271	PEÇA	R\$ 34,93	R\$ 79.326,03
51	21924	Picareta Chibanca: 400x90mm, Diâmetro do olho = 050-70 mm, fabricada em Aço SAE 1045.	85	UNIDADE	R\$ 87,18	R\$ 7.410,30
52	78221	Pincel para Pintura 2".	215	UNIDADE	R\$ 7,90	R\$ 1.698,50
53	78222	Pincel para Pintura 4".	220	UNIDADE	R\$ 16,00	R\$ 3.520,00
54	44433	Pistola aplicador de silicone e outros selantes em sache reforçada, para produtos de até 400ml.	139	UNIDADE	R\$ 33,85	R\$ 4.705,15
55	21331	Prego polido 12x12 c/ 1kg	152	KG	R\$ 26,02	R\$ 3.955,04
56	21332	Prego polido 15x15 c/ 1kg	133	KG	R\$ 21,94	R\$ 2.918,02
57	44264	Prego polido 15x21 c/ 1kg	114	KG	R\$ 21,97	R\$ 2.504,58
58	21333	Prego polido 17x21 c/ 1kg	116	KG	R\$ 17,29	R\$ 2.005,64
59	21334	Prego polido 17x27 c/ 1kg	116	KG	R\$ 17,45	R\$ 2.024,20
60	21335	Prego polido 18x24 c/ 1kg	174	KG	R\$ 17,20	R\$ 2.992,80
61	21336	Prego polido 19x36 c/ 1kg	154	KG	R\$ 17,30	R\$ 2.664,20
62	21338	Prego polido 22x42 c/ 1kg	154	KG	R\$ 17,91	R\$ 2.758,14
63	39398	Prego polido 22x48 c/ 1kg.	156	KG	R\$ 17,50	R\$ 2.730,00
64	78223	Pulverizador costal Manual	28	UNIDADE	R\$ 236,15	R\$ 6.612,20
65	78224	Pá Quadrada Grande com Cabo	94	UNIDADE	R\$ 48,45	R\$ 4.554,30
66	39362	Pá de Bico Nº 4, em ferro com cabo de madeira em Y, de no mínimo 71 cm, de comprimento.	119	UNIDADE	R\$ 49,00	R\$ 5.831,00
67	78225	Ralo Grelha Inox.	214	UNIDADE	R\$ 10,32	R\$ 2.208,48
68	78226	Rebolo Abrasivo.	141	UNIDADE	R\$ 83,50	R\$ 11.773,50
69	74030	Rejunte flexível de porcelanato e cerâmica, cor a definir, embalagem 1 kg	975	UNIDADE	R\$ 10,57	R\$ 10.305,75
70	78227	Roda para Carrinho de Mão.	96	UNIDADE	R\$ 78,04	R\$ 7.491,84
71	57084	Rolo de Lona Plástica Preta Leve 4x100 Metros, 10kg o Rolo.	255	ROLO	R\$ 221,19	R\$ 56.403,45
72	39406	Sarrafo de cedrinho de 2,00cm x 5,00cm.	1743	METRO	R\$ 4,15	R\$ 7.233,45
73	65090	Telha de 3,66X1,10X6MM	1104	UNIDADE	R\$ 121,20	R\$ 133.804,80
74	45356	Telha de Fibrocimento Ondulada e = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (sem amianto).	912	UNIDADE	R\$ 82,52	R\$ 75.258,24



		(2,68M²)				
75	39415	Tijolo maciço comum 4,5x9,0x19 cm. cor cerâmica.	39	MILHEIRO	R\$ 770,00	R\$ 30.030,00
76	33540	Torquês armador de 14" (350mm) e corte de 22mm.	46	UNIDADE	R\$ 77,37	R\$ 3.559,02
77	33683	Tubo de Silicone com 280g - Incolor. Validade Mín. de 6 Meses.	417	TUBO	R\$ 18,38	R\$ 7.664,46
78	33675	Veda calha alumínio para vedação e reparos em calha, rufos e outros 280g	488	UNIDADE	R\$ 18,45	R\$ 9.003,60
79	78254	Malha de Ferro, 10cm X 10 Cm, Espessura do Aço de 4,2 Mm, 2m X 3m.	2048	UNIDADE	R\$ 120,51	R\$ 246.804,48
80	78229	Tapume De Aço, 2,20 M.	2588	UNIDADE	R\$ 119,40	R\$ 309.007,20
81	78230	Disco de corte diamantado para mármore de 180 mm x 22mm.	163	UNIDADE	R\$ 58,63	R\$ 9.556,69
82	52573	Ferro 5/16 (Barra Com 12 Metros)	1142	BARRA	R\$ 37,71	R\$ 43.064,82
83	53519	Ferro 1/4 (Barra Com 12 Metros)	492	BARRA	R\$ 27,50	R\$ 13.530,00
84	78231	Ferro 4/2 (Barra Com 12 Metros).	492	BARRA	R\$ 13,53	R\$ 6.656,76
85	21265	Fechadura externa completa espelho oval, aço inox, maçaneta francesa - 1ª linha	355	UNIDADE	R\$ 65,48	R\$ 23.245,40
86	21266	Fechadura interna completa espelho oval, aço inox, maçaneta francesa - 1ª linha	355	UNIDADE	R\$ 57,88	R\$ 20.547,40
87	33542	Trena Com Ponta Magnética 7 Metros Medidas graduadas nos 2 lados da fita Gancho com duplo ímã Caixa emborrachada para proteção e ergonomia Botão de trava rápida para maior controle de medição e retrocesso	23	UNIDADE	R\$ 35,13	R\$ 807,99
88	21238	Carriola 60 litros, reforçada, chapa 20 com reforço na caçamba, com pneu da câmara 20.4 lonas	12	UNIDADE	R\$ 239,58	R\$ 2.874,96
89	43685	Tabua de pinus 25 cm peça com 3 metros bruta/madeira construção	150	UNIDADE	R\$ 29,22	R\$ 4.383,00
90	32940	Viga - cambará 5x15cm	150	METRO	R\$ 36,66	R\$ 5.499,00
91	78240	Facas para Desempeno 400x35x3mm	10	PAR	R\$ 292,75	R\$ 2.927,50
92	78241	Disco de serra circular 250x60 dentes 30mm ED (esquerda/direita alternado).	10	UNIDADE	R\$ 150,61	R\$ 1.506,10
93	78258	Tábua de pinus (2,5 x 30 cm) – bruta. Com comprimento 3 metros.	100	UNIDADE	R\$ 36,52	R\$ 3.652,00
94	45668	Chave de fenda, material haste metal, tipo ponta chata, bitola 1/4X4 pol.	10	UNIDADE	R\$ 9,73	R\$ 97,30
95	45664	Chave de Fenda, Material Haste Metal, Tipo Ponta Chata, Bitola 1/8x4 Pol.	10	UNIDADE	R\$ 7,75	R\$ 77,50
96	45665	Chave de Fenda, Material Haste Metal,	10	UNIDADE	R\$ 6,86	R\$ 68,60



		Tipo Ponta Chata, Bitola 1/8x5 Pol.				
97	41252	Cones nas cores branca e laranja, refletivo, em borracha, maleável, com 75cm, com sapatas para escoamento de água de acordo com a NRB 15.071.	50	UNIDADE	R\$ 142,63	R\$ 7.131,50
98	39349	Jogo de Batente 14 contendo 03 peças medindo 213cmx110,5cmx14cm, sendo 02 peças laterais de 213 cm e 01 peça de cabeceira de 110,5cm.	150	JOGO	R\$ 257,00	R\$ 38.550,00
99	78261	Luva Vaqueta	50	UNIDADE	R\$ 23,55	R\$ 1.177,50
100	39413	Talhadeira 3/4 x 10 polegadas.	5	UNIDADE	R\$ 21,64	R\$ 108,20
101	33525	Esquadro com cabo de alumínio - "Medida 16" - 304 mm cabo de Alumínio lâmina de Aço inox Largura: 40,0 mm gravação Baixo relevo Graduação mm - pol.	10	UNIDADE	R\$ 29,93	R\$ 299,30
102	21273	Formão chanfrado 1.1/4"	5	UNIDADE	R\$ 29,44	R\$ 147,20
103	33526	jogo de guarnição (vista) de cedrilho	200	UNIDADE	R\$ 73,25	R\$ 14.650,00
104	78232	Viga de 5x11 com 3.5m	70	UNIDADE	R\$ 46,56	R\$ 3.259,20
105	27153	Porta lisa em madeira com imbuia encabeçada 0,90x2,10m.	200	UNIDADE	R\$ 260,46	R\$ 52.092,00
106	39396	Porta Lisa em madeira imbuia encabeçada 0,60x2,10m.	150	UNIDADE	R\$ 234,00	R\$ 35.100,00
107	78233	Parafuso drywall ponta agulha 4,2x13mmm, embalagem com 1.000 unidades	100	PACOTES	R\$ 95,98	R\$ 9.598,00
108	78234	Mangueira anti-torção 1/2x2,5mm tripla camada	500	METRO	R\$ 5,54	R\$ 2.770,00
109	78235	Piso Cerâmico Esmaltado e retificado Branco medida mínimas 45x45cm. PI 5 Antiderrapante	6000	M²	R\$ 39,84	R\$ 239.040,00
110	78236	Azulejo Cerâmico Esmaltado e retificado Branco medida mínimas 40x30cm.	2250	M²	R\$ 36,30	R\$ 81.675,00
111	39364	Parafuso Chumbador (Parabolt)1/4.	700	UNIDADE	R\$ 3,04	R\$ 2.128,00
112	38552	Vedador Líquido Semissecativo 100g – Aplicações: Para uso em vedações de flanges e roscas em geral – Resistência Térmica mínimas (C°): -40° a 150°C.	50	UNIDADE	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
113	21230	Cadeado nº 45 Corpo em latão maciço e chave em latão Autoblocável com travas oblíquas	300	UNIDADE	R\$ 33,47	R\$ 10.041,00
114	21228	Cadeado nº 20 Corpo em latão maciço e chave em latão Autoblocável com travas oblíquas	300	UNIDADE	R\$ 16,10	R\$ 4.830,00
115	21231	Cadeado nº 50 Corpo em latão maciço e chave em latão Autoblocável com	200	UNIDADE	R\$ 42,97	R\$ 8.594,00



		travas oblíquas				
116	78256	Cadeado nº 35 Corpo em latão maciço e chave em latão Autoblocável com travas oblíquas.	200	UNIDADE	R\$ 25,41	R\$ 5.082,00
117	41900	Argamassa, Composição Areia, Cimento, Cal e Aditivos Especiais, Cor Natural, Características Adicionais Colante de Uso Interno, Tipo AC I, Normas Técnicas NBR. - Embalagem com 20 Kg	500	UNIDADE	R\$ 15,54	R\$ 7.770,00
118	41901	Argamassa, Composição Cimento Especial/Polímeros/Quartzo/Aditivos, Características Adicionais Colante de Uso Interno, Tipo Piso Sobre Piso. - Embalagem 20KG	1000	UNIDADE	R\$ 36,58	R\$ 36.580,00
119	33417	Desempenadeira Plástica Base Corrugada 14 X 24 CM Injetada com Poliestireno Especial de Alta Resistência.	30	UNIDADE	R\$ 16,72	R\$ 501,60
120	33416	Desempenadeira Plástica Base Corrugada 17 X 30 CM com Poliestireno Especial de Alta Resistência.	20	UNIDADE	R\$ 20,10	R\$ 402,00
121	38546	Linha Pedreiro, Tipo Trançada, Tamanho 100 M.	30	UNIDADE	R\$ 9,51	R\$ 285,30
122	38541	Desempenadeira Manual, Material Aço, Comprimento 25, Largura 12, Aplicação Argamassa, Características Adicionais com Dentes.	20	UNIDADE	R\$ 30,79	R\$ 615,80
123	78243	Porta de Madeira 0,90 M X 210M	10	UNIDADE	R\$ 256,11	R\$ 2.561,10
124	78244	Porta de Madeira 0,80 M X 210M	10	UNIDADE	R\$ 221,65	R\$ 2.216,50
125	78245	Porta de Madeira 0,70 M X 210M	10	UNIDADE	R\$ 217,60	R\$ 2.176,00

Cota Reservada à Participação de ME/EPP:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
126	45343	Areia Média - Lavada.	430	M³	R\$ 152,25	R\$ 65.467,50
127	3694	Bucha De Fixação De 10MM - Pacote com 100	756	PACOTES	R\$ 31,00	R\$ 23.436,00
128	78213	Cimento Portland Composto CP II-32, SACO com 50KG.	697	UNIDADE	R\$ 38,82	R\$ 27.057,54
129	53521	Madeirite 2,20X1,10 (9MM)	530	FOLHA	R\$ 67,99	R\$ 36.034,70
130	45352	Pedra Britada Nº 0, ou Pedrisco (4,8 A 9,5 MM).	301	M³	R\$ 174,62	R\$ 52.560,62
131	65090	Telha de 3,66X1,10X6MM	368	UNIDADE	R\$ 121,20	R\$ 44.601,60
132	45356	Telha de Fibrocimento Ondulada e = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (sem amianto). (2,68M²)	304	UNIDADE	R\$ 82,52	R\$ 25.086,08



133	78254	Malha de Ferro, 10CM X 10 CM, Espessura do Aço de 4,2 MM, 2M X 3M.	682	UNIDADE	R\$ 120,51	R\$ 82.187,82
134	78229	Tapume de Aço, 2,20 M.	862	UNIDADE	R\$ 119,40	R\$ 102.922,80
135	78235	Piso Cerâmico Esmaltado e Retificado Branco Medida Mínimas 45x45cm. Pi 5 Antiderrapante	2000	M²	R\$ 39,84	R\$ 79.680,00
136	78236	Azulejo Cerâmico Esmaltado e Retificado Branco Medida Mínimas 40X30CM.	750	M²	R\$ 36,30	R\$ 27.225,00

1.2 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no compras.gov.br, prevalecerão sempre deste termo.

1.3 Os bens/produtos desta contratação são caracterizados como comuns, bem como não se enquadra como bem de luxo, conforme o [Decreto Municipal nº 620/2021](#) e pois possuem especificações de mercado e padrões de qualidade definidos neste instrumento.

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR
1	53301	Enxada estreita 2.0, fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, pesada com olho de 38 mm com cabo 152.00 x 18.00 x 1.50 centímetros.
5	78252	Alicate de Inserção - ferramenta de impacto, (Punch Down) para RJ45 Fêmea, com mola de regulagem de pressão. Inserção de fios para (Pach Panel e Keystone). Garantia de no mínimo 12 meses.
6	53311	Alicate Universal - Material Aço Cromo Vanádio, Material Cabo Plástico, Tipo Cabo Isolado 1.000 volts, Tipo Corte Lateral, Comprimento 8".
8	45343	Areia Média - Lavada de origem natural, obtida através da extração em leitos de rios ou cava, submetida a processos de lavagem para remoção de impurezas e materiais finos. Deverá estar isenta de materiais orgânicos, como raízes, galhos, ou outras impurezas. Deve apresentar homogeneidade na distribuição granulométrica. O produto deve estar em conformidade com a NBR 7211/2009 e em conformidade com as normas ambientais aplicáveis à extração e comercialização de agregados. O transporte deve ser realizado em veículos cobertos ou com lonas, para evitar a contaminação e perda de material durante o deslocamento.
13	78210	Cabo de Madeira para Enxada e Enxadão multiuso, comprimento mínimo de 150,00 cm. Madeira de ótima qualidade.
14	78211	Cabo de Madeira para Vanga, Foice e Pá. Com dimensões mínimas de 130 x 3.50 x 3.00 centímetros, em madeira mista de primeira linha.
15	78212	Cabo de Madeira Redondo para Cavadeira Articulada, com dimensões mínimas de: 14.00 x 14.00 x 180.00 centímetros, em madeira mista de primeira linha.
16	55496	Cabo para picareta Madeira maciça com acabamento envernizado. Comprimento 90cm, Altura 8cm e Largura 8cm. Primeira linha.
20	74034	Colher de pedreiro nº 08 material com canto retos, hastes soldadas na lâmina verniz para proteção contra corrosão e cabo de madeira anatômico.



23	74033	Câmara de ar 39,5 x 1cm, 242g para carro de mão. Indicada para carrinhos de mão, carrinhos de carga, de transporte, entre outros.
25	78214	Enxada Larga 2.5, fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, pesada com olho de 38 mm com cabo 152.00 x 18.00 x 2.00 centímetros.
26	78215	Escada Extensiva 9 degraus 100% alumínio com roldana de apoio em polipropileno sapatas de borrachas antiderrapantes degraus e perfis mais largos, mais resistentes travas laterais de reforço na estrutura, sistema seguro de articulação para utilizá-la aberta (como pintor) encaixe e travamento do pino no mancal sistema de encaixe da garra no degrau (quando estendido).
29	78259	Forro PVC frisado, branco, 20 cm, 8 mm, comprimento 6 m, com encaixe clic, dispensa pintura, isolante térmico e acústico, não corrosivo, não propaga fogo, resistente a umidade.
32	78216	Jogo de Chaves Phillips - material haste: aço, quantidade peças: 8, material cabo: polipropileno, tipo ponta: cruzada, características adicionais: ponta fosfatizada, acabamento superficial haste: niquelada e cromada. Tamanhos 1/4x4", 1/4x6", 1/4x8", 1/8x3", 1/8x5", 3/16x3", 3/16x4", 3/16x6".
33	78217	Jogo de Chaves Allen - material: aço, quantidade peças: 25, componentes: 1.3, 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 10m, características adicionais: pontas abauladas.
34	78218	Jogo de Chaves Torx - material: aço, quantidade peças: 10, aplicação: concertos em geral, componentes: t9 a t50, modelo: I.
35	74035	Kit 3 dobradiças e 18 parafusos. Tamanho 3 1/2" x 2 1/4 (86mm x 56mm). Material: Aço, chapa: 1mm, pino reversível latonado, canto reto, acabamento ferro zincado latonado.
41	78219	Mangueira para Jardim trançada, anti-torção, com esguicho, flexível e resistente e com comprimento de 30 metros.
44	78220	Medidor de Distância com Roda plástico com revestimento em borracha termoplástica, a com contador analógico a partir de 4 dígitos, com botão de zerar o contador, contador e cabo telescópico em alumínio com empunhadura plástica, com capacidade máxima de medição do medidor de distância com roda: 999,9 m.
52	78221	Pincel para Pintura 2" - cerda natural na cor preta, apropriada para retoques e acabamento com qualquer tipo de tinta.
53	78222	Pincel para Pintura 4" - cerda natural na cor preta, apropriada para retoques e acabamento com qualquer tipo de tinta.
64	78223	Pulverizador costal Manual - tanque em polietileno de alta densidade, capacidade mínima de 16 litros, bocal com diâmetro de 115 mm, bomba tipo pistão, em latão, pressão de trabalho entre 80 a 100 psi (5,62 a 7,03 kgf/cm ²), base metálica com pintura anticorrosiva, lança em aço inox, gatilho metálico com trava para pulverização constante.
65	78224	Pá Quadrada Grande com Cabo - Pá ajuntadeira grande quadrada com cabo Y, com medidas mínimas da pá de (Largura x altura) 300x 340 mm.
66	39362	Pá de Bico Nº 4, em ferro com cabo de madeira em Y, de no mínimo 71 cm, de comprimento.
67	78225	Ralo Grelha Inox quadrado 10x10 com fecho abre e fecha, material: aço inox 304 cromado triplo de alta resistência à corrosão.
68	78226	Rebolo Abrasivo, tipo: reto, diâmetro externo: 152,40 mm, altura: 19 mm, diâmetro furo: 31,75 mm, material abrasivo: óxido de alumínio marrom, tamanho grão: 36.
70	78227	Roda para Carrinho de Mão Completa Aro Pneu Câmara, Aro fabricado em Polipropileno, Pneu com medida 3,25 x 8" Capacidade de carga de 150kg, Eixo 1" ou 25,4mm.



79	78254	Malha de Ferro, 10cm X 10 Cm, Espessura do Aço de 4,2 Mm, 2m X 3m.
80	78229	Tapume De Aço, 2,20 M. - Dimensões da peça: (alt. x larg. x compr.) 40mm x 1020mm x 2200mm. Produzida em aço galvanizado com pintura eletrostática nas duas faces.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual – PCA não foi elaborado no exercício anterior, razão pela qual o objeto da contratação não consta no referido plano.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. A embalagem e composição dos produtos fornecidos deverá ser reciclável e, sempre que possível, proveniente de materiais reciclados e biodegradável.
- II. A Contratada deverá ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, sempre que aplicável.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.2 Não será exigido.



LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.3 Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3.1 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os bens/produtos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada para o *e-mail* indicado pelo licitante contratado.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 A entrega será no(s) seguinte(s) endereço(s):

SECRETARIA	ENDEREÇO
Urbanismo	Rua Caracas, 712, Jardim Castelo/ Rua Taí, 942, Centro e Rua José Neves, s/n, Cemitério Municipal de Sarandi-PR.
SEMULHER	Rua Castro Alves, 2688 – JD. Ouro Verde
Corpo de Bombeiro	Avenida Antônio Volpato, 1040 – JD. Europa
SESP	Rua Marechal Deodoro, 1787 A – PQ. Pioneiros
SECULT	Casa da Cultura – Praça Ipiranga, 70 – Centro e Praça João Fragal, 511 – PQ. São Pedro
Assistência Social	Rua Taí, 777 - Centro
Fazenda	Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Centro
Desenvolvimento Econômico	Rua Antônio Volpato, 1488 – JD. Europa
Administração	Rua Guiapó, 484 – 2 ° Pavimento - Centro
SEMUTRANS	Avenida Ademar Bornia, 1050 – JD. Europa
Educação	Rua Quatorze de Outubro, 107 – Parque Industrial
Saúde	Avenida Londrina, 1174 – JD. Independência



Meio Ambiente	Rua José Galindo Garcia, 805 B – Jardim Verão
---------------	---

Tabela 1

5.2.1 Durante a vigência da ARP, eventuais alterações de endereços serão consideradas, prevalecendo o informado no pedido acompanhado da nota de empenho.

5.2.2 Se a entrega requer acesso por escada, cabe ao fornecedor entregar no local solicitado pela área requisitante, sem custos adicionais para o Município.

GARANTIA DO OBJETO

5.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.6 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



5.10 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.6 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

6.9 Cabe ao gestor do contrato:

I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão



de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.10 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.11 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados nas Portarias nº 1193/2025, ou aquela que vier a substituir.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos



sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.



FORMA DE PAGAMENTO

7.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será: parcelado.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP.

Justifica-se a aplicação do Sistema de Registro de Preços (SRP) é justificada pela necessidade de assegurar economicidade, eficiência e celeridade nas contratações públicas, conforme preceitua a Lei nº 14.133/21.

O SRP permite a realização de um único processo licitatório para registro de preços, com validade de até um ano, otimizando os recursos administrativos e possibilitando aquisições conforme a demanda, evitando o





desperdício. Além disso, promove maior competitividade e melhores condições de fornecimento, garantindo compras em escala e uniformidade nos preços, beneficiando diretamente a administração pública e os fornecedores, especialmente as MPes.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

DA PARTICIPAÇÃO

Nesta licitação será vedada a participação de:

- ✓ Empresas reunidas em consórcio.

Justificativa: A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 15, prevê a possibilidade de participação de consórcios em processos licitatórios, mas ressalva que essa participação pode ser restrita quando fundamentada em critérios específicos, como a natureza do objeto. A decisão de vedação está em conformidade com essa legislação, pois considera as características singulares do objeto em questão.

CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

O critério de aceitabilidade de preços na proposta será o menor preço por item.

DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 Além das exigências apresentadas no Edital, a proposta deverá conter:

- ✓ Marca para cada item cotado, **com exceção** dos itens: 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 24, 40, 79, 80 e 75. A identificação de marca tem o objetivo transmitir clareza e segurança sobre as especificações do produto, possibilitando a comissão de recebimento, ampla capacidade de verificação do item.





EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

8.2 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.4 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;





II. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): Visando trazer segurança ao processo de contratação pública, a apresentação de certidões de regularidade fiscal se faz necessárias, uma vez que a empresa licitante, deve estar em dia com suas obrigações e ser capaz de atender corretamente o poder público municipal.

Qualificação Técnica

8.5 Não será exigida qualificação técnica.

9 ASPECTOS CONTRATUAIS

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.1.1 O encerramento da vigência não interrompe a obrigação de prestação da garantia e suporte técnico, devendo a CONTRATADA, na falta de compromisso do fabricante, honrá-la durante todo o período estipulado.

9.2 Neste processo, poderá ocorrer contrato oriundo de ARP.

REAJUSTE

9.3 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 86 a 96 do processo), em 23/12/2025.

9.3.1 Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

9.4 As regras acerca para reajuste do valor são aquelas definidas na Ata de Registro de Preços/Contrato, anexo do Edital.

SUBCONTRATAÇÃO

9.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste instrumento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.7 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;
- VII. Cientificar a Secretaria para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- IX. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);



X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.9 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



XVI. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.10 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

Sanções aplicáveis

9.11 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e
- V. Declaração de inidoneidade.

9.12 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Graduação das multas

9.13 As multas poderão ser aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
M3 – Moderado	Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
G1 – Grave	Multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 – Gravíssimo

Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 2

9.14 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Item	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do bem	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Entrega de produto em embalagem inadequada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Entrega parcial injustificada	M1	M2	M3	G1	G2	–
6	Entrega de produto recusado por não conformidade técnica	M1	M2	M3	G1	G2	–
7	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	–
8	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	–
9	Recusa em substituir item recusado	M2	M3	G1	G2	–	–
10	Reincidência de entregas com qualidade inferior	M2	M3	G1	G2	–	–
11	Entrega de produto com validade inadequada	M2	M3	G1	G2	–	–
12	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	–	–
13	Conduta reiterada que comprometa o abastecimento	M2	M3	G1	G2	–	–
14	Entrega de produto com dano, avaria ou defeito	M2	M3	G1	G2	–	–
15	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	–	–
16	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	–	–	–	–	–
17	Entrega de produto falsificado	G2	–	–	–	–	–
18	Abandono contratual	G2	–	–	–	–	–
19	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	–	–	–	–	–
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	–	–	–	–	–

Tabela 3

9.15 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.16 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.



9.17 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.18 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.19 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.20 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.21 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.22 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.23 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.24 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

I. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.25 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).



9.28 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.29 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.30 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.31 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.32 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.33 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.34 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2.



10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$... (por extenso).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 86 à 96.

10.2 Total estimado por área requisitante:

REQUISITANTE	PEDIDO DE COMPRA	VALOR
Administração	8402	R\$6.674,15
Assistência Social	8399	R\$42.735,81
Bombeiros	8396	R\$91.116,94
Desenvolvimento Econômico	8401	R\$98.686,15
Educação	8404	R\$1.228.190,83
Fazenda	8400	R\$3.265,33
Meio Ambiente	8406	R\$271.957,85
SECULT	8398	R\$1.473,53
Saúde	8405	R\$412.444,371
SEMULHER	8395	R\$3.890,04
SEMUTRANS	8403	R\$528.550,03
SESP	8397	R\$89.090,12
Urbanismo	8394	R\$538.402,98
Tota estimado para contratação		R\$ 3.316.478,13

Tabela 4

10.3 O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$ **R\$ 3.316.478,13** (três milhões trezentos e dezesseis mil quatrocentos e setenta e oito reais e treze centavos).

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:





05.001.04.122.0009.1.082.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 1011 -	MATERIAL DE CONSUMO
05.001.04.122.0009.2.081.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 941 -	MATERIAL DE CONSUMO
05.001.04.331.0046.1.083.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.001.08.244.0040.1.142.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
05.001.04.331.0046.2.083.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.1.142.4.4.90.52.00.00. - 31934 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.04.129.0010.1.121.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.001.08.244.0040.1.142.4.4.90.52.00.00. - 940 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.04.129.0010.2.121.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.1.145.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
07.001.04.129.0010.2.121.3.3.90.30.00.00. - 1510 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.2.141.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
07.002.04.123.0010.2.122.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.2.145.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.122.0032.2.151.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.001.08.244.0040.2.145.3.3.90.30.00.00. - 31940 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.242.0014.1.146.4.4.90.52.00.00. - 941 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	08.001.08.244.0041.2.171.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.242.0032.2.152.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.5.001.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001.08.242.0040.2.143.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.002.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0013.2.161.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.012.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0013.2.161.3.3.90.30.00.00. - 31934 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.013.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.163.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.013.3.3.90.30.00.00. - 31934 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.163.3.3.90.30.00.00. - 941 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.014.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.164.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.014.3.3.90.30.00.00. - 941 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.164.3.3.90.30.00.00. - 941 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.015.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	08.002.08.243.0012.6.015.3.3.90.30.00.00. - 941 -	MATERIAL DE CONSUMO



08.002.08.243.0012.6.016.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.1.229.4.4.90.52.00.00.	-	1000	-
MATERIAL DE CONSUMO				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
08.002.08.243.0032.2.150.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
08.003.08.241.0032.2.153.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
08.003.08.241.0034.2.157.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00.	-	5494	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.1.201.4.4.90.52.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00.	-	6494	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.1.201.4.4.90.52.00.00.	-	1511	-	10.001.10.301.0017.2.223.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.2.201.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.223.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.2.201.3.3.90.30.00.00.	-	1511	-	10.001.10.301.0017.2.224.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.2.203.3.3.90.30.00.00.	-	1511	-	10.001.10.301.0017.2.224.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.2.205.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.241.3.3.90.30.00.00.	-	5494	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.2.206.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.541.0016.2.206.3.3.90.30.00.00.	-	1511	-	10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
09.001.18.543.0016.2.202.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
10.001.10.122.0009.1.228.4.4.90.52.00.00.	-	1303	-	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				MATERIAL DE CONSUMO			
10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00.	-	5494	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-	10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00.	-	6494	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
10.001.10.122.0032.1.227.4.4.90.52.00.00.	-	1000	-	10.001.10.302.0017.1.223.4.4.90.52.00.00.	-	1000	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
10.001.10.122.0032.2.234.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-	10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00.	-	1000	-
MATERIAL DE CONSUMO				MATERIAL DE CONSUMO			
10.001.10.301.0017.1.222.4.4.90.52.00.00.	-	1000	-	10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00.	-	1303	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				MATERIAL DE CONSUMO			



10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 6494 -	10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.227.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1303 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.227.3.3.90.30.00.00. - 1303 -	10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1510 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 5494 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.30.00.00. - 1303 -	10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 6494 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.244.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	10.001.10.305.0019.1.226.4.4.90.52.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.302.0017.2.244.3.3.90.30.00.00. - 1303 -	10.001.10.305.0019.1.226.4.4.90.52.00.00. - 6494 -
MATERIAL DE CONSUMO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 1303 -	10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 1303 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 5494 -	10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 6494 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 6494 -	10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.303.0017.1.224.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 1303 -
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.303.0017.1.230.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 5494 -
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 6494 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 1303 -	10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 5494 -	10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 1303 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 6494 -	10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 5494 -
MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.304.0018.1.225.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 6494 -
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	MATERIAL DE CONSUMO
10.001.10.304.0018.1.225.4.4.90.52.00.00. - 1510 -	11.001.11.334.0020.1.282.4.4.90.52.00.00. - 1000 -
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



11.001.11.334.0020.2.281.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0023.1.306.4.4.90.52.00.00. - 1104 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.001.12.122.0009.1.301.4.4.90.52.00.00. - 1103 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.003.12.361.0023.1.306.4.4.90.52.00.00. - 1107 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.001.12.122.0009.1.301.4.4.90.52.00.00. - 1104 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.003.12.361.0023.2.311.3.3.90.30.00.00. - 1107 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.30.00.00. - 1103 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0023.2.312.3.3.90.30.00.00. - 1102 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.30.00.00. - 1104 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.30.00.00. - 1103 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.001.12.122.0009.2.302.3.3.90.30.00.00. - 1102 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.30.00.00. - 1104 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.001.12.122.0009.2.326.3.3.90.30.00.00. - 1104 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0030.1.307.4.4.90.52.00.00. - 1102 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.001.12.122.0032.2.303.3.3.90.30.00.00. - 1104 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0030.1.307.4.4.90.52.00.00. - 1107 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.001.12.366.0031.2.305.3.3.90.30.00.00. - 1103 -	MATERIAL DE CONSUMO	12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.30.00.00. - 1102 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.002.12.365.0022.1.304.4.4.90.52.00.00. - 1102 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.30.00.00. - 1107 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.002.12.365.0022.1.304.4.4.90.52.00.00. - 1103 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.001.27.243.0012.6.009.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.002.12.365.0022.1.304.4.4.90.52.00.00. - 1104 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.001.27.812.0050.1.382.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.002.12.365.0022.1.304.4.4.90.52.00.00. - 1107 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.001.27.812.0050.2.383.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1103 -	MATERIAL DE CONSUMO	13.001.27.812.0050.2.384.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1104 -	MATERIAL DE CONSUMO	13.001.27.813.0050.2.385.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO
12.002.12.365.0022.2.307.3.3.90.30.00.00. - 1107 -	MATERIAL DE CONSUMO	14.001.06.181.0026.1.402.4.4.90.52.00.00. - 1000 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.002.12.365.0022.2.308.3.3.90.30.00.00. - 1102 -	MATERIAL DE CONSUMO	14.001.06.181.0026.1.402.4.4.90.52.00.00. - 1002 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.003.12.361.0023.1.306.4.4.90.52.00.00. - 1102 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.001.06.181.0026.1.402.4.4.90.52.00.00. - 1509 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
12.003.12.361.0023.1.306.4.4.90.52.00.00. - 1103 -	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.001.06.181.0026.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1000 -	MATERIAL DE CONSUMO



14.001.06.181.0026.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO	15.002.15.452.0027.2.423.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.06.181.0047.1.405.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.002.15.452.0027.2.423.3.3.90.30.00.00. - 1002 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.06.181.0047.1.405.4.4.90.52.00.00. - 1509 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.002.15.452.0027.2.423.3.3.90.30.00.00. - 1504 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.06.181.0047.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	15.003.16.482.0028.1.435.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
14.001.06.181.0047.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO	15.003.16.482.0028.2.425.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.06.181.0048.1.406.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.004.06.182.0029.1.433.4.4.90.52.00.00. - 1515 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
14.001.06.181.0048.2.409.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	15.004.06.182.0029.2.426.3.3.90.30.00.00. - 1515 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.06.451.0026.2.406.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	17.001.13.392.0033.1.458.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
14.001.06.451.0026.2.406.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO	17.001.13.392.0033.2.455.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.26.452.0036.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	18.001.08.244.0049.1.462.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
14.001.26.453.0036.2.403.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	18.001.08.244.0049.2.461.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
14.001.26.453.0036.2.404.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO	18.001.08.244.0049.2.462.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
15.001.04.122.0009.1.421.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.001.08.244.0049.2.463.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
15.002.15.451.0027.1.429.4.4.90.52.00.00. - 1000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição dos materiais se faz necessária para proporcionar o bom atendimento dos serviços essenciais oferecidos à população e a qualificação nos serviços contínuos, bem como, os possíveis pequenos serviços de reparos, consertos e manutenção de edificações e serviços públicos.

1.2 A renovação e melhoria desses espaços são fundamentais para oferecer ambientes seguros, funcionais e confortáveis para os munícipes e servidores públicos. Além disso, materiais de construção de qualidade contribui para a valorização do patrimônio público e o aprimoramento da infraestrutura urbana, promovendo o acesso a serviços públicos essenciais de forma mais eficaz.

1.3 Dessa forma, a aquisição dos materiais para construção se justifica não apenas pela necessidade de atender à demanda de construção e reforma do Departamento de Obras e Cemitério Municipal, mas também pelo compromisso com a qualidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento social do município de Sarandi/PR.

Área requisitante e responsável (eis):

Área	Sec. de Urbanismo – Departamento de Obras e Cemitério Municipal.
Responsável	Marcio Cristiano de Assis e Ademir de Oliveira
Matrícula	10235 e 10150
Telefone	(44) 3264-8700
E-mail	adm.urbanismo@sarandi.pr.gov.br

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Para o fornecimento dos produtos, deverão ser obedecidas às exigências e normas de ordem sanitária, de produção, conservação, transporte e de comercialização; quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

3.2 Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem as exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT e/ou Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

3.3 No ato da entrega nenhum produto poderá apresentar prazo de validade inferior a 80% do constante da sua embalagem, ou daquele estabelecido pelas Agências ou Órgãos Oficiais Reguladores, o que for maior.

3.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.6 Os produtos tem natureza de bem comum tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.8 Deverá ser dado o tratamento diferenciado para MPE, conforme o caso, nos termos do art. 47 e 48 da LC 123/06. (para aplicar ou não o disposto citado, deve ser observado o art. 49 da referida Lei).

3.8.1 A adoção do tratamento diferenciado, além de ser uma prática em atendimento a legislação vigente, promove importantes benefícios sociais, econômicos e regionais. Essa prática encontra respaldo no compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhado aos princípios da administração pública, eficiência, economicidade e promoção do bem-estar social.

3.9 O prazo para entrega dos projetos é de 15 (quinze) dias corridos, a partir do envio da nota de empenho ou documento equivalente, que será preferencialmente enviado por *e-mail* ao endereço eletrônico fornecido pela adjudicatária na assinatura do contrato ou documento similar.

4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Cód.	Descrição	Quant.	Unid.
1	53301	ENXADAS.	10	Unidade
2	34935	Abraçadeira: 1/2" x 3/4" (13 a 19mm). Em Aço Carbono com acabamento Zincado.	50	Unidade
3	34936	Abraçadeira: 3/8" x 1/2" (10 a 13mm). Em Aço Carbono com acabamento Zincado.	50	Unidade
4	39016	Alicate de corte; tipo de corte: diagonal; material: aço	10	Unidade

		cromo vanádio; 6"; cabo: isolado 1000 volts.		
5	A CADASTRAR	ALICATE DE INSERÇÃO.	10	Unidade
6	53311	ALICATE UNIVERSAL.	10	Unidade
7	39479	Anel de vedação vaso sanitário.	10	Unidade
8	45342	Arame recozido 16 BWG, D = 1,65 mm (0,016 KG/M) ou 18 BWG, D = 1,25 mm (0,01 KG/M).	100	Kilo
9	45343	Areia média - lavada.	500	M ³
10	A CADASTRAR	BROXA PARA PINTURA.	20	Unidade
11	34921	Bucha 08 mm.	50	Unidade
12	54399	Bucha 12.	50	Unidade
13	3694	Bucha de fixação de 10mm - pacote com 100.	02	Pacotes
14	A CADASTRAR	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA E ENXADÃO.	20	Unidade
15	A CADASTRAR	CABO DE MADEIRA PARA VANGA, FOICE E PÁ.	10	Unidade
16	A CADASTRAR	CABO DE MADEIRA REDONDO PARA CAVADEIRA ARTICULADA.	10	Unidade
17	55496	CABO PARA PICARETA EM MADEIRA - COMPRIMENTO 90CM.	10	Unidade
18	21235	Cal para pintura saco com 08kg.	50	Sacos
19	45348	Cal virgem comum para argamassas (NBR 6453). Saco com 20KG.	350	Unidade
20	A CADASTRAR	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32, SACO COM 50KG.	600	Unidade
21	74034	Colher de pedreiro nº 08 material, Demais especificações conforme memorial descritivo.	10	Unidade
22	69624	Cumeeira para telha PC 6 MM.	10	Metro
23	74032	Cunha niveladora de piso 2 mm pacote com 100 unidades.	05	Unidade
24	74033	Câmara de ar. Demais especificações conforme memorial descritivo.	10	Unidade
25	43689	Eletrodo para solda.	100	KG
26	A CADASTRAR	ENXADA LARGA 2.5.	05	Unidade
27	A CADASTRAR	ESCADA EXTENSIVA 9 DEGRAUS .	02	Unidade
28	74031	Espaçador Nivelador para piso 2mm, pacote com 100 unidades.	05	Unidade

29	43690	Espátula para pintura de aço.	10	Unidade
30	39485	Fita veda rosca, 12mmx25m com no mínimo 0,06mm de espessura, atende a NBR 16368.	30	Rolo
31	69191	FORRO PVC.	100	Metro quadrado
32	39350	Jogo de Brocas para Concreto e Pedra Vídea com 05 peças.	05	Unidade
33	47526	Jogo de brocas para alvenaria, medidas de 3 a 10mm, em vídea (metal duro) com no mínimo 06 peças.	05	Kit
34	A CADASTRAR	JOGO DE CHAVES PHILLIPS.	03	Jogo
35	A CADASTRAR	JOGO DE CHAVES ALLEN.	03	Jogo
36	A CADASTRAR	JOGO DE CHAVES TORX.	03	Jogo
37	74035	Kit 3 dobradiças e 18 parafusos. Conforme memorial descritivo.	10	Unidade
38	45347	Lajota - Bloco cerâmico vazado para alvenaria de vedação, 6 FUROS, DE 9 X 14 X 19 CM (L X A X C).	5.000	Unidade
39	22292	Lixa de ferro nº 150.	10	Unidade
40	21279	Lápis para carpinteiro.	10	Unidade
41	39353	Lâmina Serrinha para Serra Manual 12 Bimetal 18 Dentes.	20	Unidade
42	53521	Maderite 2,20X1,10 (9MM).	200	Folha
43	A CADASTRAR	MANGUEIRA PARA JARDIM.	04	Unidade
44	39356	Marreta oitavada de 1kg com cabo de madeira.	02	Unidade
45	43688	Martelo de unha com no mínimo 25mm e cabo de madeira.	05	Unidade
46	A CADASTRAR	MEDIDOR DE DISTÂNCIA COM RODA.	02	Unidade
47	44411	Parafuso com bucha nº10 - 6x60mm.	200	Unidade
48	44409	Parafuso com bucha nº6 - 4,5x40mm.	200	Unidade
49	44410	Parafuso com bucha nº8 - 5,0x60mm.	200	Unidade
50	33531	Parafuso Telha 5/16 X 0,50 Completo com arruela e vedação galvanizado a fogo km.	50	Unidade
51	45352	Pedra britada n.º 0, ou pedrisco (4,8 A 9,5 MM).	300	Metro cúbico
52	44232	Perfil não metálico, perfil, material PVC tipo F, cor branco, aplicação em forro, peça com 6m.	50	Peça
53	21924	Picareta chibanca: 400x90mm, Diâmetro do olho = 050-70 mm, fabricada em Aço SAE 1045.	10	Unidade

54	A CADASTRAR	PINCEL PARA PINTURA 2".	05	Unidade
55	A CADASTRAR	PINCEL PARA PINTURA 4".	05	Unidade
56	44433	Pistola aplicador de silicone e outros selantes em sachê reforçada, para produtos de até 400ml.	10	Unidade
57	21331	Prego polido 12x12 com 1kg.	10	Kilo
58	21332	Prego polido 15x15 com 1kg.	02	Kilo
59	44264	Prego polido 15x21 c/ 1kg.	02	Kilo
60	21333	Prego polido 17x21 c/ 1kg.	02	Kilo
61	21334	Prego polido 17x27 c/ 1kg.	02	Kilo
62	21335	Prego polido 18x24 c/ 1kg.	02	Kilo
63	21336	Prego polido 19x36 c/ 1kg.	02	Kilo
64	21338	Prego polido 22x42 c/ 1kg.	02	Kilo
65	39398	Prego polido 22x48 c/ 1kg.	02	Kilo
66	A CADASTRAR	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL.	02	Unidade
67	A CADASTRAR	PÁ QUADRADA GRANDE COM CABO.	10	Unidade
68	39362	Pá de Bico Nº 4, em ferro com cabo de madeira em Y, de no mínimo 71 cm, de comprimento.	30	Unidade
69	A CADASTRAR	RALO GRELHA INOX.	10	Unidade
70	A CADASTRAR	REBOLO ABRASIVO.	04	Unidade
71	74030	Rejunte flexível de porcelanato e cerâmica, cor a definir, embalagem 1 kg.	10	Unidade
72	A CADASTRAR	RODA PARA CARRINHO DE MÃO.	20	Unidade
73	57084	Rolo de lona plástica preta leve 4x100 metros, 10kg o rolo.	50	Rolo
74	39406	Sarrafo de cedrinho de 2,00cm x 5,00cm.	150	Metro
75	65090	Telha de 3,66X1,10X6MM.	50	Unidade
76	45356	Telha de fibrocimento ondulada e = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (sem amianto). (2,68M²).	50	Unidade
77	39415	Tijolo maciço comum 4,5x9,0x19 cm. cor cerâmica.	05	Milheiro
78	33540	Torquês armador de 14" (350mm) e corte de 22mm.	05	Unidade
79	33683	Tubo de silicone com 280g - incolor. validade mín. de 6 meses.	20	Tubo

80	33675	Veda calha alumínio para vedação e reparos em calha, rufos e outros 280g.	20	Unidade
81	A CADASTRAR	MALHA DE FERRO, 10CM X 10 CM, ESPESSURA DO AÇO DE 4,2 MM.	1000	M ²
82	A CADASTRAR	TAPUME DE AÇO, 2,20 M.	1500	Unidade
83	A CADASTRAR	Disco de corte diamantado para mármore de 180 mm x 22mm.	20	Unidade
84	52573	FERRO 5/16 (BARRA C/ 12 METROS).	200	Barra
85	53519	FERRO 1/4 (BARRA C/ 12 METROS).	50	Barra
86	A CADASTRAR	FERRO 4/2 (BARRA C/ 12 METROS).	50	Barra

Tabela 1

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Nº	Solução
1	Fornecimento integrado de materiais e mão de obra: nesta opção, é contratada uma empresa especializada para a execução de serviços reparos, consertos, reformas e manutenção de obras e serviços público, contemplando materiais, mão de obra e equipamentos.
2	Fornecimento exclusivo de materiais: nesta alternativa, o município contrata uma empresa especializada apenas para o fornecimento contínuo de materiais, enquanto a execução dos serviços de obras e reparos é realizada por meio dos servidores efetivos. Dessa forma, há garantia de disponibilidade de insumos sem a necessidade de contratar uma empresa que também forneça mão de obra.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar serão inseridos ao termo de referência e, posteriormente, encaminhados para a etapa de cotação. Nessa fase será elaborado o mapa de pesquisa de preços e de mercado, que permitirá a definição do valor estimado para contratação.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 A solução proposta para atender à necessidade de aquisição de materiais de construção e ferramentas, para o Município de Sarandi/PR envolve a contratação de empresas especializadas para o fornecimento desses itens, garantindo assim a continuidade das atividades do Departamento de Obras e Cemitério. Essa abordagem busca otimizar os recursos existentes, assegurando o abastecimento eficiente e regular dos materiais necessários, sem comprometer a execução dos serviços já realizados pelas equipes de servidores municipais.

7.2 Os setores requisitantes solicitarão os materiais de construção e ferramentas as empresas contratadas, preferencialmente via email institucional. As empresas contratadas serão responsáveis pela entrega contínua e programada dos itens.

7.3 Essa solução oferece ao município um modelo econômico e eficiente. Ao manter a execução dos serviços com a equipe interna, o município elimina os custos adicionais que seriam necessários para a contratação de uma empresa que fornecesse tanto materiais quanto mão de obra. Dessa forma, otimiza-se o uso dos recursos públicos, assegurando um fornecimento adequado de insumos essenciais sem comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas.

7.4 Por fim, a solução contribui para a valorização da equipe municipal, que mantém sua estabilidade e continuidade no trabalho, sem os desafios e incertezas que poderiam surgir com a terceirização completa da mão de obra. Além disso, o controle direto sobre o estoque de materiais proporciona maior eficiência e racionalização no uso dos insumos, garantindo que as compras sejam feitas de maneira mais precisa e ajustada à realidade das secretarias. Com isso, o município consegue atender de maneira eficiente às necessidades de manutenção e infraestrutura, assegurando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades municipais.

7.5 Para a implementação da solução de fornecimento dos materiais, o procedimento licitatório será conduzido conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos no âmbito da administração pública. O procedimento licitatório será conduzido por meio de Pregão, modalidade mais adequada para este tipo de contratação, tendo como critério de julgamento o menor preço. Essa escolha está diretamente alinhada aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente os artigos 6º, 29 e 34, que orientam a adoção dessa modalidade e critério em determinadas circunstâncias.

7.6 A utilização do pregão eletrônico, além de ser uma exigência obrigatória (a utilização da forma presencial é admitida excepcionalmente), é fortemente indicada, pois potencializa a transparência e favorece uma maior inclusão de empresas no processo. Ao eliminar barreiras físicas, esse modelo torna a licitação mais acessível, democrática e eficiente.

7.7 Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços para a aquisição dos materiais especificados é a decisão mais assertiva, dada a necessidade de uma contratação contínua e flexível, que possibilite ao município adquirir os produtos de forma gradual, conforme a demanda, sem comprometer a previsibilidade orçamentária ou incorrer em despesas desnecessárias com armazenamento excessivo.

8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1 A aquisição dos materiais e ferramentas será realizada de forma parcelada para atender melhor às necessidades do município de Sarandi/PR. Esse formato segue o disposto no Artigo 47, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que recomenda o parcelamento sempre que este for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração pública.

8.2 A opção pelo parcelamento se justifica porque, ao dividir as aquisições ao longo do período contratual, o município evita o armazenamento excessivo de materiais, reduzindo custos e riscos associados ao estoque. Esse método permite que as compras sejam feitas de

acordo com a demanda real, evitando desperdícios e proporcionando um maior controle sobre a utilização dos recursos públicos. Além disso, o parcelamento permite um ajuste contínuo das quantidades com base no consumo efetivo, o que é particularmente importante para itens cuja demanda pode variar ao longo do ano.

8.3 Do ponto de vista econômico, o parcelamento traz vantagens ao possibilitar que o município negocie e adquira materiais aos preços registrados sem a necessidade de um grande desembolso inicial, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros. A contratação parcelada também abre espaço para uma maior participação de fornecedores, o que tende a aumentar a competitividade e melhorar as condições de preço.

Critério de julgamento:

- ✓ Menor preço por item.

Subcontratação:

- ✓ Não.

9 RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A aquisição de materiais de construção e ferramentas tem como objetivo principal garantir a manutenção contínua da infraestrutura pública. Busca-se assegurar o funcionamento adequado e seguro dos espaços utilizados tanto pela administração quanto pela população. Essa medida visa atender prontamente às necessidades estruturais do município, permitindo a realização de intervenções preventivas e corretivas sempre que necessário.

9.2 Com essa aquisição, pretende-se garantir a disponibilidade constante de materiais essenciais para obras, pequenos reparos, adequações físicas e melhorias em prédios públicos, evitando atrasos ou paralisações por falta de insumos. Isso possibilitará maior agilidade no atendimento das demandas internas e contribuirá para a eficiência na prestação dos serviços públicos e para a conservação dos espaços utilizados.

9.3 Por fim, a execução ágil de obras, reparos e manutenções impacta diretamente no bem-estar dos servidores e da população usuária dos serviços públicos, além de valorizar os espaços públicos. A aquisição desses materiais demonstra o compromisso da administração municipal com a qualidade da infraestrutura oferecida, a preservação do patrimônio público e uma gestão eficiente, voltada à solução rápida de problemas cotidianos.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a contratação dos projetos e demais elementos

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Não verifica-se contratação correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Para a contratação de materiais de construção como areia, cimento e etc, é essencial considerar os possíveis impactos ambientais que essa aquisição pode gerar, em consonância com os princípios da sustentabilidade na administração pública. O uso contínuo desses materiais pode implicar na geração de resíduos sólidos, no consumo intensivo de recursos naturais e, eventualmente, em impactos negativos ao meio ambiente se não houver um manejo adequado durante e após seu uso.

12.2 Para mitigar os impactos ambientais associados à contratação, a administração municipal adotará práticas sustentáveis desde o processo de aquisição até o uso final dos materiais. Sempre que possível, será dada preferência a fornecedores que demonstrem práticas ambientalmente responsáveis, como a extração legal de agregados minerais, produção com menor emissão de poluentes, utilização de materiais recicláveis ou reciclados, bem como o cumprimento das normas técnicas e ambientais vigentes.

12.3 Também serão adotadas medidas internas de racionalização do uso dos materiais, com o incentivo à redução de desperdícios nas obras e reparos, além da reutilização de sobras sempre que tecnicamente viável. A organização adequada dos estoques e a correta armazenagem dos materiais contribuem para evitar perdas e contaminações, além de facilitar a destinação correta dos resíduos gerados.

12.4 O descarte de materiais inutilizados ou sobras será realizado com base em critérios técnicos e ambientais, priorizando a segregação adequada dos resíduos e sua destinação final conforme a legislação. Sempre que possível, o município buscará parcerias com cooperativas ou empresas especializadas na coleta e reciclagem de materiais de construção, como metais, plásticos e sobras de obras, evitando que esses resíduos sejam destinados de forma inadequada aos aterros.

12.5 Com essas ações, o município de Sarandi/PR reforça seu compromisso com a gestão ambiental responsável, alinhada aos princípios constitucionais da administração pública. A aquisição consciente de materiais e a adoção de práticas sustentáveis na execução dos serviços de reparos e manutenção contribuem para a preservação ambiental e a qualidade de vida da população, promovendo uma infraestrutura pública eficiente e ecologicamente equilibrada.

13 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

13.1 O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita neste instrumento se mostra tecnicamente viável, fundamentadamente necessária e estratégica para atender às demandas operacionais do Departamento de Obras da Secretaria de Municipal de Urbanismo e o Cemitério Municipal.

13.2 Diante do exposto, declaro ser viável a contratação pretendida e indispensável, assegurando que a Secretaria Municipal de Urbanismo tenha as condições adequadas para o desenvolvimento eficiente das atividades públicas e para a prestação de serviços de qualidade à comunidade.

RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sarandi, 03 de julho de 2025.

Marcela Malvezi Lopes

ANEXO II
MATRIZ DE RISCO

SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Urbanismo.

MATRIZ DE RISCO: Conforme disposto no inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021, a Matriz de Risco consiste em uma cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) No caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
- c) No caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

1-PROCESSOS ANTERIORES

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: 02/2023

OBJETO DA LICITAÇÃO

INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais, máquinas, equipamentos e ferramentas para construção, destinados as Secretarias do Município de Sarandi/PR.

05/04/2023 a 4/04/2024

ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO

Sem aditivo.

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: 08/2024

OBJETO DA LICITAÇÃO

INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA

Registro de preços para aquisições de materiais de construção e ferramentas, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR.

29/08/2024 a 28/08/2025

ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO

REFERIDO PROCESSO

Sem aditivo.

2- RISCOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO

LISTAGEM DE POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO EM SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PREVISÃO DE EVENTUAL NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE TERMO ADITIVO POR OCASIÃO DE SUA OCORRÊNCIA

POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES	ÔNUS DOS POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES
<ul style="list-style-type: none">Atraso no fornecimento do produto.	Prejuízo ao erário e não atendimento da demanda.
<ul style="list-style-type: none">Desconformidade do material entregue.	Prejuízo as atividades do departamento requisitante

JUSTIFICATIVA: Por vezes, as empresas contratadas demoram a fornecer os produtos solicitados, pensando nisso é de suma importância estabelecer ações preventivas como a fiscalização dos prazos de fornecimento pelo fiscal de contrato e a notificação de dias restantes para a entrega pelo setor de compras. E como ação de contingência a aplicação de penalidades previstas em contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir a demanda do órgão.

- Desconformidade do material entregue.Prejuízo as atividades do departamento requisitante

JUSTIFICATIVA: Prever expressamente no Termo de referência, a descrição detalhada dos equipamentos necessários, para evitar entregas de produtos em desconformidade e caso ocorra, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto em todos os documentos do processo licitatório.

3 - RISCOS DAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Não se aplica ao presente caso.

4 - RISCOS DAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Não se aplica ao presente caso.

5 – DA ANÁLISE DE RISCO

A mesma não foi feita em razão da natureza/complexidade do objeto, este não se faz necessário.

CONCLUSÃO: Da análise da Matriz de Risco, concluiu-se que está fora elaborada em conformidade com o disposto no **inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021**, estando os riscos

conhecidos desta Municipalidade, devidamente abordados, delimitados e divididos entre a contratante e a contratada, viabilizando assim, a continuidade do referido processo licitatório.

De mesmo modo, **DECLARO** estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente Matriz de risco e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi/PR, 03 de julho de 2025.

Elaborado por:

Conferido e aprovado por:

Marcela Malvezi Lopes
Coordenadora Administrativa

Eduardo Aparecido Sona Kun
Secretário Municipal de Urbanismo



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

MINUTA – COMPRAS E SERVIÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº «NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»

ANEXO III

OBJETO

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR.



A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», Processo Administrativo nº 012/2026, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14133/21](#), no [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR, de acordo com o Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social: «Nome_Fornecedor»

CNPJ: «CNPJ_CPF_Fornecedor»

Endereço: «Endereço_Fornecedor» - «Cidade_Fornecedor» - «Estado_Fornecedor» - «CEP_Fornecedor»

Fone/Cel.: «TelComercial_Fornecedor_Contato»

E-mail: «Email_Fornecedor_Contato»

Representante: «Nome_Representante» - CPF: «CPF_Representante»

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				

Tabela 1





«Itens_Contrato_Por_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.





5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea “b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea “a)” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a





execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 86 a 96 do processo), em 23/12/2025.

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de



prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

(Nome do Secretário)

«Assinaturas_Contrato»

Secretário xxx

«Nome_Representante»

«nome_fornecedor»





Carlos Alberto de Paula Júnior
Prefeito

Testemunhas:

1 – XX

2 – XX





CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
			(quando exigido no edital)				



PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social: CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

- I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;
- II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.



Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente